



MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

1)Contextualização

A presente manifestação tem por finalidade esclarecer, de forma técnica e juridicamente fundamentada, a inexistência de composições de custos específicas em tabelas oficiais, como o SINAPI, aplicáveis à execução de pilares de concreto pré-moldado, bem como justificar a adoção do procedimento de cotação junto a três fornecedores distintos para a definição do valor de referência do orçamento.

A dúvida levantada quanto à ausência de itens do SINAPI neste caso revela o velho equívoco de tentar encaixar a realidade da engenharia na moldura estreita de uma planilha oficial, ainda que essa planilha simplesmente não contenha o serviço pretendido. **Em outras palavras: pretender utilizar o SINAPI para precificar pilares pré-moldados é exigir que o mapa ensine a paisagem a existir.**

2). Fundamentação técnica

Os pilares pré-moldados de concreto são elementos industrializados, cuja fabricação depende de projeto estrutural específico, forma, resistência, processo de cura e transporte, variando conforme a empresa fabricante e a tecnologia empregada.



O SINAPI — Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — foi concebido para obras convencionais, com serviços padronizados e amplamente executados em campo, não contemplando elementos industrializados personalizados, como é o caso em tela.

Logo, não há composição de custo oficial compatível com os serviços de pré-moldagem industrial de pilares, o que torna tecnicamente inviável e juridicamente descabida qualquer tentativa de “forçar” um enquadramento em composições genéricas.

Fazer isso seria o mesmo que usar receita de bolo de fubá para fabricar um foguete — pode até haver farinha, mas o resultado certamente não decola.

3) Fundamentação jurídica

Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimativo pode ser elaborado com base em: “tabelas oficiais, sistemas referenciais de custos ou pesquisas de mercado, desde que observada a compatibilidade com o objeto licitado.”

O legislador, portanto, não impôs o uso exclusivo de tabelas oficiais, mas condicionou sua aplicação à pertinência técnica e à compatibilidade com o objeto.



Quando o serviço não está contemplado em tais sistemas, a pesquisa de preços junto ao mercado é o caminho legal, legítimo e racional.

Ademais, o art. 23, §2º da mesma lei e o Acórdão nº 2622/2013 do TCU consolidam a validade da pesquisa com pelo menos três cotações idôneas, obtidas de fornecedores distintos, como metodologia adequada para determinação do valor de referência.

A insistência em exigir o uso do SINAPI em casos em que ele não comporta a especificidade técnica do objeto constitui verdadeiro formalismo excessivo — e o formalismo inútil é expressamente vedado pela legislação administrativa brasileira, conforme os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 5º da LINDB.

Em termos práticos, exigir a aplicação de tabela oficial inexistente não eleva a transparência nem assegura a economicidade — apenas burocratiza o óbvio e contraria a finalidade pública, resultando em uma espécie de “fetichismo da tabela”, onde a norma passa a valer mais que o bom senso técnico.

4) Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:



Município de Capanema – PR

Departamento de Engenharia

Não há composições oficiais (SINAPI, SICRO, DER/PR, PINI) aplicáveis aos pilares de concreto pré-moldado;

A pesquisa de preços com, no mínimo, três cotações idôneas de mercado é o procedimento adequado, legal e tecnicamente fundamentado;

A exigência de aplicação de tabela oficial inexistente carece de amparo técnico e jurídico, configurando formalismo desarrazoado e contraproducente.

Portanto, o prosseguimento do orçamento com base nas cotações de mercado apresentadas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, os princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade, e o bom senso que deve reger a Administração Pública.

“Exigir SINAPI para o que o SINAPI não contém é exigir que a planilha invente o produto — um prodígio burocrático que nem o legislador ousou sonhar.”

Rubens Luis Rolando Souza
Engenheiro civil e de Segurança do Trabalho
CREA RS 88.296/D